



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega do prêmio Personalidade da Infraestrutura 2009, oferecido pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib)**

**São Paulo-SP, 23 de agosto de 2010**

Meu caro companheiro Guido Mantega, ministro da Fazenda,  
Paulo Sérgio, ministro dos Transportes,  
Miguel Jorge, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,  
Márcio Zimmermann, de Minas e Energia,  
Paulo Bernardo, do Orçamento, Planejamento e Gestão,  
Orlando Silva, do Esporte,  
Marcio Fortes, das Cidades,  
Luís Adams, advogado-geral da União,  
Alexandre Padilha, da Secretaria de Relações Institucionais,  
E o companheiro Pedro Brito, ministro dos Portos,  
Quero cumprimentar o companheiro Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base,  
Nosso querido companheiro Robson de Andrade, presidente da Confederação Nacional das Indústrias,  
Quero cumprimentar os companheiros empresários, empresárias,  
Jornalistas aqui presentes,

É com muita satisfação que compareço a este evento da Associação Brasileira da Infraestrutura e das Indústrias de Base – a Abdib – que consolidou seu lugar em nossa história como uma das mais respeitadas frentes de luta pelo desenvolvimento nacional.

Nem poderia ser de outra forma. Este é o setor que produz máquinas,



produz equipamentos, produz ferramentas. Produz, enfim, as alavancas que potencializam o trabalho de milhões de brasileiros e brasileiras na geração de riqueza, infraestrutura, emprego, consumo e cidadania.

O Brasil de hoje é uma nação com o foco no desenvolvimento sustentável. Estamos dotados da convicção política indispensável para fazer dos avanços econômicos atuais não um ciclo fugaz de crescimento, mas sim uma nova era. Uma era com substância e fôlego para ser a mais longa, a mais consistente e a mais generosa de toda a nossa história.

Creio que poucas vezes um presidente da República, no final do seu mandato, teve esse privilégio de manifestar uma certeza tão cristalina: a de que o caminho não está pronto, mas está sendo solidamente construído para gerar prosperidade e cidadania crescentes ao nosso povo.

Faço aqui um retrospecto que os senhores e as senhoras, mais do que ninguém, têm condições de partilhar comigo.

A Abdib foi fundada em 1955. É contemporânea, portanto, do Plano de Metas de Kubitscheck. E também da criação do BNDE e da Petrobras, cujos projetos foram sancionados por Getúlio Vargas em 1952 e 1953. As raízes dessa entidade expressam uma visão de desenvolvimento que incorporou interesses soberanos da sociedade e ampliou a dimensão democrática das decisões econômicas.

Pois bem, depois de praticamente mais de duas décadas de estagnação, o Brasil encontra-se, nos últimos anos, em meio a um singular capítulo de seu desenvolvimento.

Com certeza, estamos vivendo um período dotado de amplo horizonte de oportunidades. Temos nos empenhado para que o nosso país caminhe cada vez mais firme e celeremente para se tornar uma das cinco maiores economias do mundo, ainda em nossa geração. Que outro país, afinal, reúne nesse momento condições equivalentes de horizonte econômico e político?

Nosso cenário é assentado em estabilidade de preços; temos



autossuficiência energética em petróleo e energia limpa; fartura de terras e liderança agrícola mundial.

Vivemos uma mobilidade social de proporções extraordinárias, que já se traduz em um mercado de massas reunindo 46% da renda nacional e um universo equivalente às populações da França e Espanha juntas.

Contamos com uma rede de proteção social que incorporou à agenda nacional do Estado... que incorporou à agenda principal do Estado a luta contra a desigualdade e a fome.

Batemos recordes sucessivos de geração de vagas no mercado formal de trabalho. Temos uma democracia consolidada, com plena liberdade de expressão, e um governo de portas abertas, com solidez institucional e presença ativa, respeitada e obrigatória em todos os fóruns internacionais.

É esse encadeamento singular de dinamismo econômico, associado a contrapesos sociais e institucionais, que diferencia este momento de outros ciclos de expansão vividos pela Abdib, em seus 55 anos de história.

Não foi por acaso, portanto, que a maior crise já vivida pela economia mundial desde 1929 durou apenas dois trimestres no nosso país. Enquanto o mundo demitia 16 milhões de trabalhadores, nosso país se recuperava rapidamente e voltava a bater recordes na geração de empregos. Um milhão e seiscentos e cinquenta e cinco mil vagas foram criadas de janeiro a julho deste ano, no maior saldo de contratações desde 1992, para o mesmo período.

E vamos concluir o mandato com a geração de 15 milhões de novos empregos com carteira assinada. E criar vagas formais de trabalho – sabemos todos nós – não prospera por geração espontânea.

Levantamentos recentes da Fundação Getúlio Vargas indicam que 40% das empresas brasileiras investem na expansão da capacidade produtiva nesse momento – sendo esta, também, a melhor marca da série histórica iniciada em 1998.

Também não é por acaso que o setor que exhibe o maior salto em



programação de investimentos é o de bens de capital, com taxas de crescimento muito acima da média registrada em nosso parque fabril.

Meus amigos e minhas amigas,

A síntese virtuosa deste momento pode ser resumida numa equação: menor taxa de desemprego e maior nível de investimento dos últimos dez anos. Eis aí mais uma prova irrefutável do ciclo de expansão que estamos vivendo e das perspectivas favoráveis que temos pela frente.

Em relação a ciclos anteriores, os ganhos de produtividade e a expansão da infraestrutura impulsionam, de forma inédita, o nosso crescimento com inflação controlada. Razão pela qual o futuro das taxas de juros, certamente, é de convergência com a média mundial.

Até 2013, cerca de US\$ 735 bilhões em investimentos serão agregados ao volume atual. Mais da metade, cerca de US\$ 477 bilhões, destinam-se a obras de infraestrutura.

É preciso lembrar que os efeitos multiplicadores do PAC geraram resultados em amplos setores. As vendas de máquinas para a construção pesada, por exemplo, fecharam o primeiro semestre deste ano com uma alta de 16% em relação a 2009.

Amigas e amigos,

Uma base industrial como a nossa não pode desperdiçar o gigantesco impulso de compras públicas embutido nesse processo. Exatamente por isso, emitimos no mês passado a Medida Provisória 495, que permite ao governo federal, preferencialmente, direcionar compras de produtos e serviços à indústria nacional.

O nome disso é coerência estratégica. Não se pode cobrar competitividade nem evocar a defesa da indústria brasileira apenas com palavras, sem a prática governamental correspondente, como já aconteceu no passado.

A lógica inscrita nos projetos de regulamentação do pré-sal, que



enviamos ao Congresso, encerra, talvez, o maior impulso à pesquisa, à inovação e à competitividade industrial, já registrado em toda a história econômica brasileira.

Falar em defesa da indústria e, ao mesmo tempo, dissociá-la do modelo de exploração soberana do pré-sal, como fazem alguns, soa no mínimo, contraditório.

O mesmo vale para as críticas descabidas dirigidas aos investimentos financiados pelo BNDES, graças aos aportes de R\$ 180 bilhões concedidos pelo Tesouro Nacional. Omite-se, deliberadamente, o retorno tributário dessas operações, bem como a expansão de capacidade instalada que elas propiciam ao incrementar a demanda por máquinas, gerar empregos e promover a competitividade do parque produtivo nacional.

Menosprezar as interações estratégicas entre políticas públicas e a atividade produtiva do setor privado custou ao Brasil um oneroso apagão do sistema elétrico em passado recente. Razão pela qual este país ergue hoje, simultaneamente, três das maiores hidrelétricas em construção no mundo: Santo Antonio, Jirau e, brevemente, Belo Monte.

Amigas e amigos,

A crise mundial de 2008 foi um divisor histórico que o Brasil soube superar. Isso significa que o dinamismo da nossa economia terá que se apoiar, cada vez mais, na vitalidade do nosso mercado interno e na promissora avenida aberta pela diversificação das nossas parcerias no comércio exterior.

Tenho certeza de que a Abdib e todas as empresas que integram esta associação tiveram um papel fundamental nesse processo de mudança vivido pelo nosso país, e têm pela frente novos e determinantes desafios.

O Brasil, certamente, vai continuar contando com vocês. Mas o que eu queria falar não está aqui, não. Aqui era só para cumprir a formalidade. É muito cedo, ninguém está com fome, não conheço empresário que almoce às 12h15 neste país.



Bem, uma coisa, ô Paulo Godoy e companheiro Robson, companheiros empresários e empresárias que estão aqui, é que nós precisamos ter em conta que mudou o país, mudou a economia e está mudando o nosso comportamento. Muda o comportamento do governo em relação aos empresários, e muda o comportamento com relação... dos empresários para com o governo. Ou seja, nós começamos a perceber que ou nós construímos uma cumplicidade que envolva o conjunto da sociedade, pública e privada, e que envolva os trabalhadores, ou nós vamos continuar como em décadas passadas, em que a gente fingia que as coisas aconteciam; elas não aconteciam e a gente, muitas vezes, tinha medo de reclamar.

Vamos ser francos entre nós. Eu digo isso a vocês com muita tranquilidade para quem falta pouco menos de quatro meses, ou melhor, um pouquinho mais de quatro meses para deixar a Presidência da República.

Eu penso que nós descobrimos no Brasil, descobrimos, eu penso que um jeito de recuperar a autoestima do povo brasileiro, um jeito de reclamar menos e fazer mais. Porque vamos ser francos, gente: ninguém pode chegar para o Guido Mantega mais, hoje, e reclamar de política tributária. (incompreensível), entre nós aqui, como companheiros. Eu tomei posse no dia 1º de janeiro de 2003. Em abril de 2003 estava eu no Congresso Nacional, com 27 governadores, dando entrada em uma proposta de política tributária. Por que ela não aconteceu? Não contente com isso, no segundo mandato o companheiro Guido Mantega convocou outra vez no Conselho de Desenvolvimento a Abdid, a Fiesp, a CNI, a CUT, a Força Sindical, o PMDB, o PT, o PCdoB. O Guido ouviu todo mundo e construiu uma proposta de política tributária que ele achava que quando chegasse ao Congresso Nacional seria aprovada por unanimidade. Por que não foi aprovada? Porque a verdade é que tanto quanto a reforma política, que todo mundo fala que é necessária, as pessoas não querem. Porque cada um quer a sua reforma, cada um quer a sua reforma, cada município quer a sua reforma, cada estado quer a sua reforma e



ela não acontece. Você veja que nós fizemos o Simples para resolver a vida dos pequenos empresários, e aqui em São Paulo se encontrou um jeito de fazer um tipo de política tributária que anulou o Simples.

Esses dias eu dizia a um companheiro, pequeno empresário: cadê as passeatas? E as caminhadas, que têm que ser feitas para alertar que nós passamos dez anos discutindo melhorar a vida da micro e da pequena empresa, e aqui em São Paulo se deu um jeito de matar isso?

Então eu penso, companheiros, e falo isso agora já com o ar e a voz de quem... de quem é agradecido a vocês, de quem é agradecido ao povo brasileiro. Eu acho que nós precisamos saber o que nós queremos definitivamente para o Brasil dar o salto de qualidade. Muitas vezes, a gente fala “reforma, reforma”. Eu fiquei seis anos no governo tentando fazer um programa para a indústria automobilística resolver o problema de caminhões neste país. O que eu queria resolver era fazer com que o caminhoneiro autônomo, aquele coitado que tem naquele caminhão o seu instrumento de ganha-pão, que ele pudesse ter a possibilidade de comprar um caminhão novo e renovar a frota, parar de queimar óleo diesel e fazer fumaça na estrada, e ganhar dinheiro e ter um pouco mais de lucratividade. Foram quase seis anos, Guido e Miguel Jorge, para a gente fazer isso. Fizemos, o Procaminheiro. Eu sei que a indústria automobilística está vendendo mais caminhões do que já vendeu em qualquer outro momento, mas nós ainda não atingimos a perfeição para ter um fundo garantidor para financiar o seguro do companheiro que tem um caminhão, contra roubo. Ainda falta um pequeno ajuste, não sei se nós faremos ainda no meu governo, mas a verdade é que nós demos um passo importante. Demos um passo importante, que eu não sei se já está concluído... Foi anunciado pelo Luciano Coutinho, em Brasília, que nós precisaríamos estender para os países da América Latina, América Central e África, as mesmas condicionantes que nós temos no Finame, aqui no Brasil, para ajudar que o Brasil vendesse as suas máquinas nos países com quem nós temos



fronteira, porque na África nós temos fronteira, só falta apenas um divirsozinho do Oceano Atlântico, mas o que é isso? Na verdade, é o que facilita a gente ir para lá, é exatamente o Oceano Atlântico, já que as empresas de aviação não querem fazer voo para a África, preferem ir para Paris. Ou seja, eu fico, companheiros...

Eu estava lendo os números da Abdib, e eu acho que, uma hora, os nossos ministros de infraestrutura precisam se juntar com a Abdib, para a gente bater os números, para que não haja números discrepantes e, possivelmente, feitos com base em dados diferenciados. Então, eles não podem, não podem ser a mesma coisa.

Mas todos vocês sabem, todos vocês sabem que nós decidimos, só de contratos já firmados, de 2007 para 2010, são R\$ 39,2 bilhões, água, esgoto, drenagem de resíduos sólidos, são quase R\$ 40 bilhões. Contratos... Se for somar contratos de 2003 a 2010, são R\$ 49,6 bilhões já contratados. Se a gente quisesse fazer comparação com o governo anterior, que eu não vou fazer mais, enquanto eu estou falando de 49 bilhões, lá tudo foi 13 bilhões, ou seja, se a gente for olhar o que foi liberado na verdade, a gente vai ver que o saneamento básico, em 2002, tinha não sei quantos bilhões, mas liberaram R\$ 262 milhões. Ou seja, eu penso que nós temos que ter claro o trabalho extraordinário feito pelo ministro Guido Mantega, pelo ministro Miguel Jorge, por conta da crise econômica. Eu penso que se todos os governos do mundo, sem querer ensinar ninguém a governar, se tivessem adotado com a mesma precisão e com a mesma rapidez as decisões que foram tomadas aqui, anticíclicas, além do PAC, que já vinha funcionando, a gente não teria chegado à crise que chegamos nos Estados Unidos e na Europa. Todo mundo sabe que, se o Bush tivesse gastado poucos bilhões, ele não teria que gastar trilhões com a quebra do *Lehman Brothers*; todo mundo sabe que, se a Alemanha tivesse tomado posição imediatamente... a Grécia não tem essa importância econômica mundial para causar a crise que causou no mundo europeu. E aqui,





no Brasil, quando a crise eclodiu, a primeira coisa que nós fizemos foi dizer que este país tinha mercado interno e que, portanto, nós deveríamos fazer apologia ao consumo.

Eu fico... Não sei se tem ninguém [alguém] do comércio aqui, não deve ter, mas eu fico assim meio irado, ô Paulo, porque de vez em quando eu vejo: o comércio faz uma pesquisa, aí, a pesquisa diz o seguinte: “O povo está desconfiado, está indo menos às lojas”. Eles, em vez de pegarem a pesquisa, estudar por que o povo está desconfiado e fazer a contrapropaganda para o povo perder a desconfiança, não, eles publicam aquilo. Quando eu vi os jornais dizendo que o povo estava com medo de comprar porque não queria fazer dívida e que iria, portanto, perder o emprego e não poderia pagar, eu fui para a televisão dizer exatamente o contrário: ou você compra ou, aí sim, você vai ficar desempregado, porque a empresa não vai produzir, o comércio não vai vender, e aí é que as coisas vão dar errado. A verdade é essa, é que naquele ano de 2008 nós conseguimos começar a salvar este país.

O Guido lembra quando a gente queria uma discussão profunda sobre o mercado de carro usado: “Como é que vai fazer? Ninguém está comprando carro novo...”. Porque a indústria automobilística deu uma breca rápida de medo. Não havia necessidade de breca com a rapidez que eles breca a produção de carro, não havia necessidade. A resposta é [foi] que, no mês de março, a gente já estava batendo o recorde de produção outra vez neste país. Ou seja, foi o medo que levou muita gente, mesmo tendo o dinheiro do BNDES. Toda semana eu ligava para o Luciano Coutinho: “Luciano, eu quero saber quantos empresários que tinham feito contrato com você que estão tirando o pé do breque”. E alguns empresários, mesmo tendo o dinheiro disponibilizado, resolveram esperar o que estava acontecendo. Porque o mundo vendia como se fosse o apocalipse, a crise de 2008. Então, era normal que as pessoas tivessem medo.

Bem, quando nós percebemos que o setor de carros estava caindo – e a



indústria automobilística representava 23%, 24% do PIB industrial –, nós resolvemos discutir como fomentar. Liberamos R\$ 100 bilhões do compulsório para o Sistema Financeiro. Alguns preferiram comprar títulos do Governo, que, possivelmente, fosse mais rentável do que comprar carteira, que era o objetivo nosso, de bancos menores: comprar carteira para tentar ajudar os menores a sobreviver. Quando a gente percebeu que nem isso resolvia, nós tomamos a decisão de fazer com que o Banco do Brasil entrasse na disputa de carros usados. Aí, fomos atrás do Banco do Brasil. O Guido conversa com o Dida, e o Dida diz ao Guido: “Nós não temos expertise. Onde a gente compra expertise?”. Então, antes de a gente formar alguém em expertise, o que levaria anos, nós resolvemos, então, comprar 50% do Banco Votorantim, que tinha expertise e tinha uma carteira de 90 bilhões, de carros usados, e o Banco do Brasil se dotou da expertise necessária para a gente reativar o mercado de carros usados.

Aí resolvemos fazer a liberação da linha branca, da linha... geladeira, máquina – nunca se comprou tanta máquina de lavar roupa neste país. Tem gente que diz: “a mulher gosta de lavar roupa”. É porque nunca deram uma máquina para ela, de presente. Deem uma máquina, que vocês vão ver como ela vai ficar feliz da vida de não precisar ir para o tanque.

Não apenas isso. Eu queria que vocês atentassem para as coisas que estão acontecendo e que, muitas vezes, a gente não consegue ler ou, muitas vezes, a gente não consegue ouvir ou, muitas vezes, a gente não consegue, nem na televisão, assistir o que a gente gostaria de assistir.

Mas, vamos ver os seguinte, meu querido, Paulo Godoy, você que é de um setor que precisa de crédito para sobreviver: o tamanho do BNDES de 2003 e o tamanho do BNDES de 2010. O BNDES está tão grande, que tem gente reclamando que o BNDES está emprestando dinheiro a juros subsidiados para o setor privado. Ou seja, você não pode emprestar dinheiro para as empresas, Luciano, é só para o governo mesmo: nós damos dinheiro



para você, do Tesouro, você empresta para nós mesmos, e fica um compadrio aqui, quando na verdade o BNDES existe é para financiar a indústria brasileira, e quanto mais barato for o juro, melhor.

A Caixa Econômica Federal, meu querido, ela financiava, em 2003, R\$ 5 bilhões com dinheiro do Fundo de Garantia. Neste ano, nós vamos chegar a R\$ 60 bilhões. Somente o Banco do Brasil, neste ano, tem a mesma quantidade de crédito que o Brasil inteiro tinha em 2003, que era de R\$ 380 bilhões. Hoje, me parece, se os números do Guido estiverem certos, nós estamos perto da casa de R\$ 1,6 trilhão de crédito. É pouco, porque poderíamos ter 2 trilhões, 2,5 trilhões.

Mas o dado concreto, Godoy – o Robson fica alegre – é porque nesses dias eu vi uma crítica de tem uma estrada no Brasil que está quebrada. É bem possível, é bem... O dia em que você se levantar de manhã, se a sua mulher ficar olhando em você como um todo, procurando defeito, ela vai achar um defeito em você; certamente, uma unhazinha encravada, nada, nada que diminua o potencial do Godoy, nada.

Ou seja, o Brasil está exatamente assim. Eu fui agora ao Triângulo Mineiro assinar obras de contrato e inaugurar... O que nós fizemos no Triângulo Mineiro? R\$ 2,7 bilhões era tudo o que o Ministério do Transporte investia em 2002. Nós, hoje, estamos pagando, por mês, o que se investia por ano, e que não se pagava. Porque, vamos ser francos: por quanto tempo vocês colocavam as máquinas em uma obra, o governo fingia que fazia, vocês fingiam que trabalhavam, o governo fingia que pagava, vocês fingiam que recebiam, as máquinas enferrujavam, e as coisas não aconteciam?

Então, eu acho que nós temos que ver o momento que vocês, e nós, e outros que não estão aqui, ajudamos a construir. É o momento da sensatez. E fazer isso com democracia, fazer isso com todo o sistema de regulação que nós temos, Paulo, e fazer isso com todo o sistema de fiscalização que nós temos. Se vocês tivessem, para fazer a fábrica de vocês, 1% do controle que



tem o governo para fazer uma coisa, vocês não teriam feito o telhado da fábrica de vocês ainda. O Benjamin sabe: desde que a gente pensou em retomar a Transnordestina até agora, somente comigo foram 31 reuniões, 31 reuniões, entre construção do projeto, construção da engenharia financeira, até desmontar tudo o que tem de ambiente, tudo o que tem de desapropriação, nós passamos cinco anos para chegar onde chegamos hoje.

Então, eu acho que nós, Paulo – essa é uma coisa que eu queria pedir para vocês –, eu acho que nós não podemos, em nenhum momento, ter medo de fiscalização, e precisamos que, cada vez mais, a gente tenha fiscalização, para que cada vez mais a gente tenha as obras de melhor qualidade pelo menor preço, e cada vez menos tenha gente passando a mão no dinheiro público.

Agora, é preciso que a gente crie mecanismos em que essa fiscalização pode ser a mais rígida possível, mas ela pode ser também mais rápida. Eu poderia dar exemplo para vocês de obras de metrô que foram paralisadas por desconfiança de sobrepreço, por quatro meses, e depois não se comprovou nada, e permitiu-se que a obra continuasse. Eu queria saber quem é que fica responsável pelo prejuízo desses quatro meses de obra parada? Eu já contei para vocês as histórias da perereca do viaduto lá no Rio Grande do Sul, mas a perereca se repetiu agora nesse anel viário do Rio de Janeiro – Como é que se chama?... O Arco Rodoviário. A obra ficou parada por causa de uma perereca.

Eu até pedi para os ministros colocarem no papel, para a gente fazer um livro de caos extraterrestres, hilariantes, que aconteceram aqui. E também, muitas vezes, o projeto que os empresários apresentam não é de qualidade. Muitas vezes, os projetos feitos pelas empresas públicas também não são de qualidade. Os índios estão mais exigentes, os quilombolas estão mais exigentes, eles têm direitos. Nós não podemos prometer fazer a hidrelétrica, como se fazia na década de 50, prometer dar terra e depois não dava, não assentava. Então, se a gente quiser, também, fazer as coisas mais rápidas, o



Estado precisa estar mais certo.

Nós, agora, temos Copa do Mundo e Olimpíadas. Se a gente não se colocar de acordo – eu não vou estar mais no governo – mas se não se colocarem de acordo os órgãos de fiscalização, os órgãos de execução e os empresários, nós vamos ter problemas, nós vamos ter problemas. Porque é preciso se colocar de acordo [sobre] o que nós queremos de verdade, porque tem muita gente solta. É pouca gente para trabalhar e muita gente para fiscalizar. Então, Paulo, eu acho que essa é uma coisa que passa por uma reforma, que você disse: “reforma política”. Eu sempre fico assustado, porque o Ulysses Guimarães dizia: “Toda vez que a classe política fala muito em reforma, o que vem é pior”.

Eu fico imaginando... um povo politizado, como o povo de São Paulo, deixou de eleger um Delfim Netto e elegeu outras pessoas. Quem sabe, tão merecedoras dos votos quanto ele, mas bem menos competentes, para serem parlamentares, do que ele. Nós precisamos ter em conta que se a gente não fizer a reforma política, para dar solidez aos partidos políticos, mas se a gente não melhorar também o nível das pessoas que a gente vai escolher para representar na Câmara e no Senado, melhorar o nível, a gente não pode reclamar depois.

Eu estou dizendo isso porque de quatro em quatro anos deputados procuram vocês, senadores procuram vocês, governadores procuram vocês. É importante a gente aproveitar esse momento para a gente fazer, não apenas a reforma estrutural da política que nós precisamos. Eu disse ao Paulo Godoy, tenho dito na imprensa que eu vou fazer, sem ser presidente, o que eu não podia fazer como presidente, porque como presidente não era o meu papel brigar por reforma política neste país, que era o papel dos partidos políticos.

Pois bem, a partir do dia 1º de janeiro eu não serei mais presidente, mas continuarei na política. E, portanto, o meu partido e grande parte dos partidos aliados, nós vamos fazer o compromisso de fazer a reforma política neste país,



de verdade; uma reforma política que dê certeza do que a gente vai ter no país.

No mais, Paulo, eu gostaria de agradecer mais uma vez o carinho e a gentileza dos companheiros da Abdib, e dizer para vocês o seguinte: não existe mais possibilidade de voltar à estaca zero, não existe. Acho que o círculo virtuoso em que o Brasil entrou, o círculo virtuoso em que o Brasil entrou... acho que a compreensão das empresas, a visão que hoje o governo tem do mundo e do Brasil, eu acho que não tem mais retorno, não tem mais retorno.

Nós fizemos uma reunião, nessa semana, com o Ministério de Minas e Energia, o inventário que nós vamos deixar, de hidrelétricas, para serem construídas neste país é muito grande, é muito grande. Portanto, quem vier vai ter muito mais facilidade de ter coisas mais prontas, mais elaboradas.

Eu estou certo de que o Brasil vai ter que privilegiar o planejamento outra vez, ou seja, a gente não pode mais trabalhar sem projetos consistentes. Nós estamos pensando o Brasil para 2022, o que cada um de nós quer do Brasil até 2022. Eu já estou sendo otimista porque estou achando que vou estar vivo até lá! Isso já é um otimismo exagerado! Mas, de qualquer forma, como a ciência tem avançado, e parece que eu estou bem com o homem lá em cima, acho que eu vou ficar mais um pouco por aqui.

Mas se a gente não pensar em longo prazo, Paulo, a gente não resolve os problemas. Então, eu acho que a eleição do Robson para a CNI foi um passo importante. A gente já tinha um trabalho muito forte com o Armando e com o Robson – conheço o Robson há muito tempo – eu acho que ele pode fazer um bom trabalho, pode fazer um bom trabalho. Acho que a Abdib deve continuar fazendo suas propostas, seus projetos. Acho que a Federação das Indústrias... aqui, é um apelo que eu faço a vocês: as Federações das Indústrias podem contribuir mais, mais e cada vez mais. Eu tenho dito ao Miguel Jorge: nós temos o mundo à nossa disposição, nós temos uma parte do mundo muito similar ao Brasil e que, muitas vezes, nós esquecemos essa parte do mundo. Eu falo sempre do continente africano, que são 800 milhões de



habitantes. Eu falo sempre da nossa querida América Latina, com quem nós temos um potencial. E os nossos empresários precisam olhar com carinho o potencial do que nós podemos exportar e trabalhar com esses países.

Eu agora comecei uma discussão com eles, que é a seguinte: a maioria desses países não é produtora de petróleo, e a maioria desses países consome muito petróleo, importa muito petróleo. Portanto, nós temos o carro a etanol para oferecer para eles. Eles poderiam produzir cana, poderiam gerar empregos, poderiam produzir álcool.

Nesses dias, eu estava com o Presidente de El Salvador, na Fiesp. Eles já produzem o melaço, eles exportam o melaço para os Estados Unidos por 50% do que vale o preço do etanol. Seria muito melhor eles produzirem logo o etanol, exportar o etanol para os Estados Unidos, parar de comprar aqueles carros que gastam [fazem] 3 quilômetros com um litro, comprar o nosso *flex-fuel*, que faz aí uns 14 ou 15 [quilômetros] por litro, e a gente poder ajudar esses países a se desenvolverem.

Eu estou dizendo isso porque eu acho, companheiro Miguel Jorge - você tem quatro meses ainda no Ministério - é preciso que a gente faça com que os nossos empresários se descubram para um mundo que está precisando de nós. Eu acho que os americanos e os europeus vão, a partir da crise, demorar um pouco para voltar a consumir. E eles não são muito chegados a comprar parte dos nossos produtos. Pelo contrário, eles são acostumados a competir conosco em determinados mercados, e nós temos que competir com eles. Por que o nosso carro não entra na Europa... na África? Certamente, porque as matrizes querem exportar os seus carros para a África, e não sair daqui do Brasil.

Essa é uma disputa que nós temos que fazer. Essa é uma disputa que, se nós fizermos, eu acho que nós temos chances de sair vitoriosos. De um lado, um olho muito forte no mercado interno do Brasil; de um lado, um olho muito forte no investimento na infraestrutura no Brasil, que vai ser cada vez



mais pesado; e de outro lado, a gente não esquecer nunca a combinação de, fortalecendo o mercado interno de um lado, a gente não esquecer o mercado externo; e o mercado externo, nós sabemos para onde está e quem é que pode comprar da gente.

Portanto, Paulinho, mais uma vez, muito obrigado pelo carinho. Eu espero que o almoço esteja tão doce quanto a tua... que o almoço esteja tão gostoso quanto as tuas palavras aqui, de elogio ao Presidente da República.

Hoje aconteceram duas coisas importantes para mim, em um final de mandato é muito gratificante: eu ir, às 5h da manhã, levar a minha candidata na porta da fábrica... Acho que é a primeira... Nunca antes na história do Brasil um presidente da República, no final de mandato, teve coragem de ir à porta da fábrica se despedir dos trabalhadores; e ser homenageado pelos empresários no final do mandato. Certamente, teria um monte de faixas aí “Fora, Lula”, “Fora, não sei quem”, “Fora, não sei quem...”. Eu acho que a nossa evolução foi de tal ordem, que nós compreendemos que juntos nós poderemos fazer muito; separados, nós continuaremos pequenos, como fomos durante décadas.

Obrigado, gente, e bom almoço para todos nós.

(\$211A)





**Presidência da República  
Secretaria de Imprensa  
Discurso do Presidente da República**

---